

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME II-III



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1960-61

CIVIDADE DE ÂNCORA

NOTÍCIA SOBRE A ACTIVIDADE DO II CAMPO INTERNACIONAL
DE TRABALHO ARQUEOLÓGICO, PROMOVIDO EM 1960 PELA
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

1. Trabalhos anteriores e considerações prévias

Convidado a intervir em uma das fases da exploração da Cidade de Âncora, julgamos de nosso dever relatar publicamente o que ali se fez durante o primeiro período, aquele em cujos trabalhos cooperamos.

Para melhor elucidação, porém, de quem se interessar pela narrativa da tarefa, aliás modesta, que levamos a cabo, entendemos começar por referir, embora resumidamente, ao que naquela importante estação arqueológica se realizou até o momento em que o II Campo Internacional de Trabalho Arqueológico ali entrou em acção.

As mais antigas referências, feitas por observador inteirado, são as do Dr. Francisco Martins Sarmento que, frequentador veraneante da Praia de Âncora, excursionou pela zona, resultando dessas suas prospecções os artigos «Observações acerca do Vale do Âncora» (1), «Materiais para a Arqueologia do Distrito de Viana» (2), e «A propósito de Castros» (3).

Na correspondência epistolar entre HUBner e Martins Sarmento, trocada desde 1879 a 1899, benemeritamente coligida e anotada por

(1) *O Pantheon*, Ano I, págs. 2 e 20, Porto, 1880. Datado de Guimarães, a 4-11-1880. Reeditado a págs. 63-67 dos *Dispersos*, compilação comemorativa do I centenário do nascimento de Martins Sarmento, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1933.

(2) *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, vol. IV, págs. 23, 95 e 146, Porto, 1895-1896. Artigo datado de Guimarães, 1882. Vid. *Dispersos*, págs. 89-99.

(3) *O Panorama Contemporâneo*, 1.º ano, 9, 17 e 25; Coimbra, 1883-1884. Artigo datado de Guimarães, 20-11-1883. Reproduzido em *Dispersos*, págs. 165-172.

Mário Cardozo, há referências à cidade ancorense, nas cartas datadas de Gontinhães, 25-10-1879, e de Briteiros, 5-9-1880. Trata-se de simples referências, sem quaisquer pormenorizares (4).

Martins Sarmento, de resto, não teria feito mais que visitar o local, ou, quando muito, que efectuar algumas ligeiras sondagens.

As notáveis ruínas ocupam um alto sobranceiro, para o lado do Sul, à freguesia de Afife, do concelho de Viana do Castelo, e para o lado do Nascente e Norte, à freguesia de Santa Maria de Âncora ou, simplesmente, Âncora, cujo antigo lugar da Lagarteira, pequena póvoa de pescadores, deu origem à actual Vila Praia de Âncora (vid. fig. I).

A Cidade era circuitada por três muralhas, de que ainda estão aparentes diversos lanços, embora pouquíssimo salientes do solo, limitando um recinto de 300 metros (NE.-SO) por 250 (NO.-SE.), mais ou menos. A sua maior superfície fica na freguesia de Afife, concelho de Viana, cabendo à freguesia de Santa Maria de Âncora apenas uma pequena parte. Disso resulta a gente de Afife chamar-lhe Cidade de Afife, ao passo que na bibliografia arqueológica ela aparece designada por Cidade de Âncora, e é assim, evidentemente, que nela continuará a ser conhecida.

Sarmento chamou-lhe «de Âncora» porque, em sua visita ou suas visitas, deve ter seguido o caminho velho que, do lugar da Laje, da freguesia de Santa Maria de Âncora — onde também havia velharias a examinar—, se dirige para Afife, passando pela capela do Socorro, e do local desta capela subiria à Cidade, pois que é o acesso menos áspero. Foi o que seguimos na primeira vez que lá fomos, no ano de 1922.

Consta que, nessa altura, o dono de uma das bouças que cobrem a área das ruínas castrejas ofereceu a Martins Sarmento algumas das muitas pedras que teria desenterrado, ao arrotear o terreno — «imensa pedraria antiga, como portados, mós, cilindros, pedras com vários desenhos, etc., o que tudo foi objecto, por muito tempo, das visitas dos curiosos».

Estas pedras, com outras que Sarmento, certamente, teria então exumado no local («explorado», diz a notícia), foram para o «museu

(4) *Correspondência epistolar entre Emilio Hübnér e Martins Sarmento {Arqueologia e Epigrafia} 1879/1899, Guimarães, 1947.*

de Guimarães». E o mesmo informe abona suas afirmativas com os n.ºs 1 e 2 de «O Pantheon». Ora, esses números da citada revista são

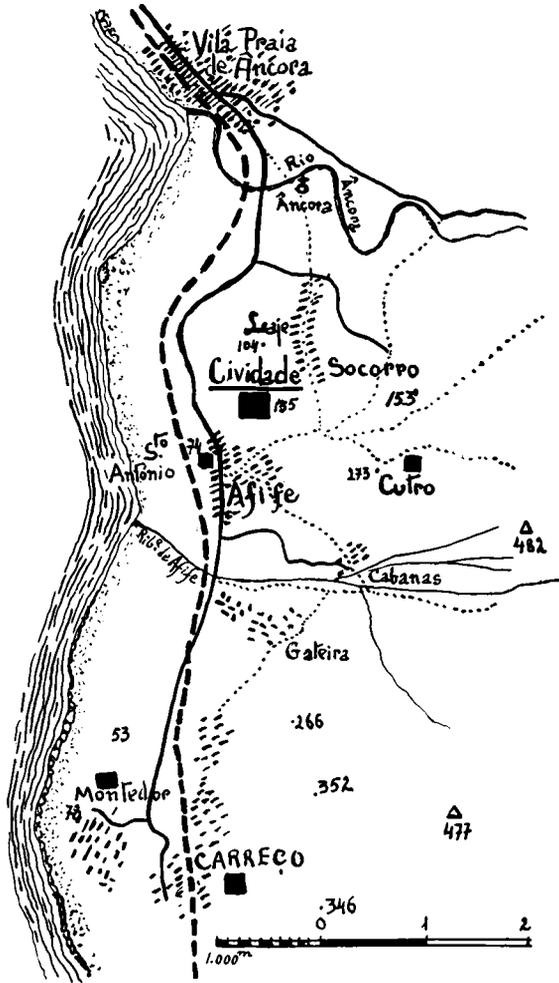


FIG. I — Castros principais a sul do Rio Âncora

os que trazem o artigo «Observações acerca do Vale do Âncora», e ai se não fala da Cidade senão em «Nota 1», na qual se enumeram as ruínas de povoados pré-romanos que ladeiam o Rio Âncora: margem

direita — Picouto dos Mouros, Santo Amaro, Castro; margem esquerda — Castro dos Mouros, Cividade, Castro. E nada mais.

No artigo intitulado «Materiais para a Arqueologia do Distrito de Vianna» referência alguma se faz a castros.

Em «A propósito de castros», cita, relativamente ao Vale do Âncora: Castro de Riba de Âncora, Castro dos Mouros (Âncora), Cividade de Âncora, Picoto de Mouros (parte de Vile, parte de Riba de Âncora), Monte de Santo Amaro (Riba de Âncora), Monte de Santo António (Afife).

Em outro passo diz que «as mamoas do Vale do Âncora (as cinco por ele vistas, das muitas que devem ter existido antes da cultura das terras as ter feito desaparecer) ficam entre o Picoto dos Mouros, Santo Amaro, Castro de Riba de Âncora, Castro dos Mouros e Cividade de Âncora.»

Nem um único esboço descritivo, nem uma só alusão a escavações. De modo que, tal como se verifica em muitos outros casos da nossa actividade arqueológica do último quartel do século passado e primeiras décadas do presente, muitas afirmações originariamente erróneas permaneceram sem correcção nem emenda, e muitas deduções imaginárias se foram repetindo por efeito de aparecerem mais pessoas a repeti-las que a eliminá-las.

Aproveitemos a ocasião, portanto, para assentarmos nisto: 1.º — Martins Sarmento não fez escavações na Cividade de Âncora, ou, pelo menos, nenhuma notícia em seus escritos deixou a tal respeito. Em seu relatório ao diante citado, o Sr. Coronel Mário Cardozo, conhecedor, como ninguém, da vida e obras de Martins Sarmento, afirma peremptoriamente que o sábio vimaranense não praticou ali qualquer escavação. 2.º — Não há uma cividade de Âncora e outra de Afife, conforme se tem escrito até em publicações de certa responsabilidade. E o comum das gentes do sítio chama ao local do castro «monte da *Suvidade*», pelo que, este é o seu verdadeiro topónimo popular.

3.º — O principal castro de Carreço não se situa no Monte da Gandra, sítio do «lugar» de Montedor, onde está construído o farol. A freguesia é e sempre foi Carreço; e Montedor, nome que os construtores do caminho de ferro entenderam dar à estação ferroviária, é um dos seus quatro «lugares» (Montedor, Paçô, Figueiró e Troviscoso), por sinal que, até há poucos anos, escassamente habitado. Os restos de ruínas de habitações castrejas ainda há pouco tempo se podiam verificar

no local denominado precisamente Castro, e também designado por Castros Velhos; mas ainda seu nome geralmente invocado é o de «Crôa», ou Castro da Crôa.

O castro de Montedor (na Gandra), minuciosamente observado por nós durante cerca de dois anos — os da nossa residência em Carreço — não mostrava mais que uns vestígios de casas circulares, sem muralha de protecção, visíveis em uma leve elevação do terreno, a norte do farol, constituindo um conjunto parecido com o que existiu por detrás da Fábrica de Tecidos, cerca da Cancela de Areosa, em Viana do Castelo, junto do caminho de ferro, e em outros sítios mais do Alto Minho, por via de regra em pontos situados na base de montes sobre os quais assentavam os castros maiores e mais antigos.

Em 1959 faz-se na Cividade de Âncora a primeira escavação cientificamente orientada. O Prof. Christopher Hawkes, da Universidade de Oxford, que de 1 a 11 de Abril do ano anterior havia feito escavações no Castro de Sabroso (5), abriu nos dias 7, 8 e 9 de Abril desse ano de 1959 uma pequena trincheira de sondagem (6).

O mesmo arqueólogo dirigiu, de 7 a 26 de Setembro do mesmo ano, um «campo de trabalho», no qual tomaram parte, além do grupo de investigadores anglo-irlandês, de colaboradores do Prof. Christopher, constituído por mais um cavalheiro e três senhoras, um licenciado e sete estudantes da Universidade de Coimbra, entre os quais uma estudante, um cadete da Academia Militar, uma estudante norte-americana e o investigador vianense, José Rosa de Araújo. Ao todo 16 pessoas, inclusivé o director dos trabalhos e exceptuando os trabalhadores rurais, empregados na escavação mais pesada.

Àcerca dessa primeira campanha foi até agora publicada uma série de relatórios, do referido Professor inglês, do vogal da Junta Nacional da Educação, Sr. Coronel Mário Cardozo, e do Sr. Leandro Quintas Neves, delegado da dita Junta no concelho de Viana do Castelo (7). Nas visitas prévias à Cividade estiveram presentes o Sr. Coro-

(5) *Revista de Guimarães*, LXVIII.

(6) «2.ª Campanha de escavações arqueológicas em castros do Norte de Portugal (Cividade de Âncora e Monte do Cutro) — dirigida pelo Prof. Dr. Christopher Hawkes, da Universidade de Oxford» *Rev. de Guimarães*, LXIX, Fases. 3-4; *Guimarães*, 1959.

(7) *Rev. de Guimarães*, id. idem.

nel Mário Cardozo e o Dr. João Manuel Bairrão Oleiro, prof, de Arqueologia e também vogal da J.N. de Educação.

O Prof. Hawkes, na campanha de Setembro de 1959, destacou um grupo de exploradores, chefiado pela Dr.^a Máire de Paor, da Universidade de Dublin, para a escavação de uma outra estação castreja, próxima da Cividade, mas em maior altitude e inteiramente dentro da freguesia de Afife. Dão ao sítio o nome de *Cútero* ou *Cutro*, que na linguagem popular local significa lugar cimeiro, mais elevado que o terreno em volta, à semelhança de «cutra» — nuca.

Destas últimas ruínas supomos que não existia qualquer referência bibliográfica anterior; cremos que foram recentemente evidenciadas pela construção da estrada florestal que as cortou precisamente junto do ponto em que a brigada chefiada por Mrs. Máire de Paor efectuou a sondagem.

Segundo os relatórios atrás mencionados, o Prof. Hawkes ficou de elaborar uma notícia acerca das explorações que realizou em castros portugueses, a publicar simultaneamente em uma revista inglesa de arqueologia e em uma revista portuguesa da mesma índole. Supomos que, no momento em que redigimos estas notas (Julho de 1961), ainda não veio a público, mas as linhas gerais dos trabalhos do Prof. Hawkes e seus auxiliares, na Cividade e no Cutro, estarão certamente nos supra-citados relatórios, os quais, sendo dignos de toda a divulgação, nos permitimos resumir do seguinte modo:

a) — Logo na prospecção de 7 a 9 de Abril, notou Hawkes que o pequeno recinto fortificado do Cutro, no qual existem vestígios evidentes de uma ocupação pré-romana, deve corresponder à primeira ou à segunda época, das duas já reconhecidas em Sabroso; e que na Cividade se revela uma ocupação «que vai desde a época pré-romana até à época romana».

b) — Que a Cividade apresenta três cintas de muros «concêntricos», segundo a planta característica de vários castros, inclusivé dos do Sudoeste da Inglaterra. Pretendeu verificar «se as três cinturas de muralhas seriam ou não construídas *ao mesmo tempo*, ou se em épocas sucessivas». Para isso, e usando da técnica que usara em Sabroso, propôs-se abrir «um corte transversal praticado através dos aterros à rectguarda da muralha», o qual deveria «dar cerâmica em estratigrafia».

c) — Projectou, ainda, estudar a forma da construção das portas da entrada no recinto e sondar algumas habitações, mas nesta parte o plano não teve plena execução, devido à excessiva curteza do período em que decorreu a campanha.

Segundo o relatório do Sr. Coronel Mário Cardozo, foram feitas as seguintes escavações:

— Uma vala com cerca de 30 metros de comprimento por 1,50 de profundidade e com a largura de um metro em uma parte e dois metros na outra.

— Outra vala com cerca de 5 metros de extensão por 1,50 de largura.

— Escavação parcial de uma casa circular.

As valas revelaram a presença de duas muralhas e dos muros de quatro habitações. Tudo isto se pode ver com mais clareza nos desenhos de José Rosa de Araújo e nas fotografias dos Srs. Coronel Mário Cardozo e Leandro Quintas Neves, apensos aos referidos relatórios insertos na *Revista de Guimarães*.

Entendeu o Prof. Hawkes que os resultados científicos seriam melhores se tais sondagens se efectuassem simultaneamente na Cidade e no pequeno castro do Alto do Cutro.

Nesta outra estação, a brigada de Mrs. De Paor abriu duas pequenas mas profundas valas, conforme se pode ver também nos referidos desenhos e fotografias apensas aos citados relatórios.

Quanto aos achados, que se destinam ao Museu Regional de Viana do Castelo, constam de uma relação junta aos ditos relatórios, na qual se enumeram: um caixote com 98 saquitos de papel contendo fragmentos de cerâmica proveniente da Cidade; uma caixa de cartão com 39 saquinhos da mesma espécie, com fragmentos cerâmicos resultantes das colheitas no Cutro; 14 objectos de pedra solta e diversos fragmentos de telha.

Vimos, ainda, em Agosto de 1960, todos esses sacos de papel mas, por razões óbvias, não observamos o conteúdo de nenhum deles. Entretanto, eles serão propriedade científica do Prof. Hawkes. Os relatórios, porém, falam-nos de algumas, muito poucas, peças metálicas, que o Prof. levou consigo, para o estudo e a título devolutivo: uma moeda romana, de bronze, em muito mau estado de conservação; um aro de bronze, de aplicação desconhecida, um pendente de pulseira, ou de

xorca, do feitio de sanguessuga, ou de pequenino chouriço (8). Esta relação sumária menciona também uma conta de vidro azul.

O principal desígnio de Hawkes foi, como deixamos dito já, a seriação cronológica das muralhas, uma vez que, determinada a idade de cada uma delas, teríamos, evidentemente, um elemento primordial para o estudo da evolução da Cividade. Por isso: — «Iniciou então, pelo lado Sul da *Cividade*, a abertura de uma vala que, desde a face externa da 1.^a muralha se prolongou em linha recta ultrapassando a 2.^a muralha. Foi neste sector que o Prof. Hawkes mais assiduamente permaneceu sempre, desde o princípio até final dos trabalhos, assinalando com etiquetas numeradas todos os níveis estratigráficos do corte vertical do terreno, e recolhendo, da forma mais cuidadosa, toda a cerâmica encontrada em cada uma dessas camadas (Relatório de Quintas Neves).

E além dos levantamentos topográficos e outras operações relacionadas com as escavações, Hawkes procedeu à — «Recolha e lavagem dos fragmentos cerâmicos, aparecidos, e sua classificação e separação conforme os níveis onde apareciam. A estratigrafia deu uns seis ou sete níveis diferentes, nos cortes praticados no terreno». (Relatório de Mário Cardozo).

Segundo informação de estudantes portugueses que trabalharam com o Prof. Hawkes e que voltaram a Âncora em 1960, o investigador britânico não recolheu cerâmica que pertencesse à época romana, desprezando absolutamente todo e qualquer fragmento de tal espécie.

Para mais pormenores, sobretudo quanto à organização das investigações de 1959, veja-se o dito vol. LXIX da *Revista de Guimarães*.

//. Campanha de 1960

Por indicação do Dr. Bairrão Oleiro, a Associação Académica de Coimbra (Secção de Intercâmbio) convidou-nos para orientador do II Campo Internacional de Trabalho Arqueológico, em prosseguimento das explorações do Prof. Hawkes nos castros de Âncora e Afife.

(8) A propósito destes pendentes em forma de sanguessuga, ou chouriço, vid.: José Formosinho, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana, «Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XIV, Porto, 1953; e também A. Viana, «Notas Hist. Arqueol. e Etnográficas do Baixo Alentejo», *Arquivo de Beja*, vol. XII, Beja, 1955.

O período em que decorreu a nossa intervenção foi de 1 a 25 de Agosto de 1960. Examinados os pontos escavados em 1959, resolvemos empregar os estagiários na vala de sondagem que mais facilidades de escavação oferecia—aquela que, com cerca de 30 metros de extensão, corta perpendicularmente duas das muralhas envolventes do extinto povoado.

Essa comprida vala assinalara, além das duas muralhas, sete paredes que pertencem a quatro casas de planta circular. Alargada para um e outro lado essa vala principal, os resultados deviam ser mais imediatos. Nos outros pontos, a escavação seria mais trabalhosa e menos atraente para os estagiários, cujo forte desejo de descobrir coisas era lógico e natural.

Entendemos, pois, ser esse o ponto aconselhado. Principiamos por retirar os grandes montes de terra que, da escavação do ano anterior, haviam ficado aos lados da vala. Operação morosa, em que se tornou forçoso gastar muito tempo.

Ao findar o período subordinado à nossa orientação, entre as duas muralhas achavam-se completamente a descoberto duas casas de planta circular (Fig. II, 1 e 2; Est. I, 1), uma delas com pavimento de terra argilosa batida, no centro da qual, uma base de coluna, colocada em posição invertida, teria servido de assento ao prumo de madeira em que se apoiou o vértice do tecto cónico. Esta peça representa, sem dúvida, um elemento arquitectónico da época romana, ou de adiantada romanização, e como na alvenaria de algumas casas redondas apareceram, nela incorporadas como simples material de construção, algumas pequenas mós circulares, manuais, de tipo castrejo, tal emprego denuncia, com toda a evidência, uma reconstrução muito tardia dessas mesmas casas de planta circular, as quais supomos poderem representar uma fase da ocupação do castro já nos fins do Baixo Império, ou quiçá de tempos bastante posteriores.

Sem menospresar o mérito de quantos se têm consagrado ao estudo da vida dos castros galaico-minhotos, entre os quais se encontram mestres da envergadura, de Martins Sarmento, Félix Alves Pereira, Florentino Cuevillas, Garcia y Bellido, Mário Cardozo, Bouza-Brey e outros, de uma e outra banda do Rio Minho, o certo é que os tempos pré-romanos têm sido aqueles que mais têm prendido a atenção dos investigadores; quanto aos tempos derradeiros, assentou-se mesmo na ideia de que, terminada a conquista do território, pelas hostes romanas,

os ocupantes dos castros foram obrigados a abandoná-los e coagidos a estabelecerem seus povoados em terreno baixo e facilmente expugnável, contrariamente aos cimos fragueiros onde os invasores os vieram encontrar em um estado de civilização quase mesolítico!

Ora, ainda que a intensa exploração agrícola desses terrenos baixos tenha feito desaparecer quase toda a obra humana desse tempo, ainda não seria impossível o registo de numerosos sinais de pequenos aldeamentos de tipo castrejo, predominantemente situados na base do monte em cujo cume se assinalam ruínas de castro mais ou menos vasto e protegido de muralhas — as diversas «citânias» e «cidades» que, pelo próprio tamanho de sua área, tanto cativam a admiração geral.

Certos casos como os de Carreço, Santa Luzia, Seixas do Minho e muitos outros, a aldeia portuguesa, cujo núcleo inicial brotou junto das igrejita românica, nasceu precisamente à beira deste outro aldeamento de casas circulares como as dos castros, e entraram pela Alta Idade Média como humilde continuação dessas não menos mesquinhas póvoas resultantes da descida para o vale, a que a evolução das condições económicas forçaram as antigas populações castrejas.

Neste particular, o litoral minhoto e as margens do Minho e Lima eram prodigamente dotadas de vestígios que o intenso crescimento das povoações, nestes últimos anos, têm feito desaparecer, sem que, infelizmente, fossem devidamente estudados.

A validade ou melhor quilate da actividade arqueológica não consiste, julgamos nós, em se aplicar ao mais antigo, e no repisar do conhecido, antes se deverá conceder tal superioridade aos pontos mais obscuros do nosso passado, seja o pré-histórico, o proto-histórico ou o histórico.

Ora, sem dúvida alguma, o estudo da época final dos castros, que nós admitimos se tenha estendido até muito depois dos fins do século v, está por fazer. O remanescente arqueológico dessa época é difficilimo de deslindar, quer nas jazidas que ainda restam, quer, principalmente, na quantidade de pedras lavradas existentes nos museus públicos e pequenas colecções particulares nortenhas, para aí arrumadas como que em indignado anonimato!

Sobre serem profundamente rudes, como fruto de um ambiente cultural em que as influências artísticas de romanos e bisantinos nada mais fizeram produzir que grosseiras imitações, nenhum tentame de vulto se presenciou até agora, para identificar e seriar tais despojos representativos do nebuloso período histórico em que as populações

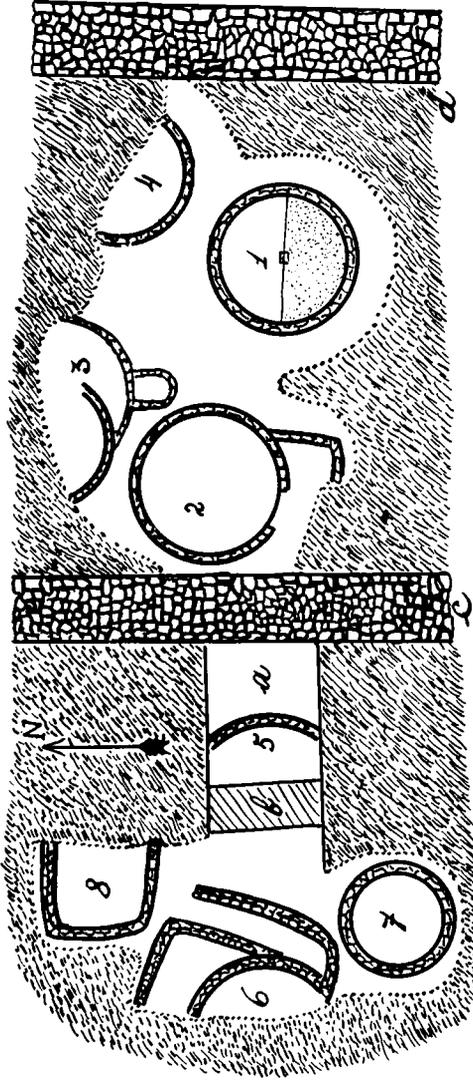


FIG. II — Planta da parte escavada em 1960: a) Vala feita pelo Prof. Hawkes, para exame estratigráfico; b) Entulhamento para passagem de pessoas e carros de bois; c) Muralha interna; d) Muralha externa.

A numeração está pela ordem por que as casotas foram desenterradas.

castrejas desceram de seus alcandorados poisos, para iniciar vida nova, à sombra das normas jurídicas romano-visigóticas.

A Cidade de Âncora, segundo cremos, porque sua vida se prolongou até esse tempo, muito poderá elucidar a tal respeito, desde que sua exploração metódica seja continuada, muito além deste modesto princípio de agora.

*

**

Conforme atrás dissemos, os trabalhos sob nossa orientação decorreram desde 1 a 25 de Agosto, e desse período apenas se aproveitaram 12 dias e meio de trabalho efectivo, isto é, com a escavação em pleno rendimento.

No primeiro dia nada mais pudemos fazer que empregar a tarde no exame do local. Nos dias 2 e 3, não só tivemos de perder tempo na jornada a pé, mas também não dispusemos de mais ferramenta que duas pás quadradas, inglesas, próprias do carvão, deixadas pela campanha de Hawkes, assim como de uma pá e uma picareta para cada um dos dois trabalhadores rurais ajustados para as escavações.

O dia 4 foi de chuva, não permitindo o trabalho de campo. Só no dia 5 se obteve o jipão militar e o resto da ferramenta, e se começou a trabalhar a valer, com 14 estagiários: três portuguesas, das quais duas com bastante prática deste género de escavações (em Sanfins e na Parede, pelo menos), duas inglesas, uma francesa, dois ingleses e seis portugueses. Com quatro trabalhadores rurais (dois homens e duas mulheres), totalizou 18 pessoas.

Em rigor, podemos desta conta deduzir os quatro estagiários ingleses, os quais, praticamente, nada fizeram, não valendo sequer a pena tornar a falar neles. Mais que os quatro juntos ajudou o soldado condutor do jipão.

Descontando, também, os três dias em que não dispusemos da viatura militar e de ferramentas em quantidade suficiente, mais três domingos e um feriado, e os quatro dias de chuva copiosa, restam 11 dias e três meios dias de trabalho em cheio, equivalentes aos 12 dias e meio acima referidos.

É certo que nos dias de chuva se efectuaram trabalhos de gabinete, e nos domingos se realizaram visitas ao castro de Santa Luzia e aos museus de Viana do Castelo e Barcelos.

Apesar do estado do tempo e das circunstâncias contrariadoras dos primeiros dias da campanha, ao terminar o primeiro período, a 25 de Agosto, o aspecto da escavação era tal como vai representado nas fotografias reproduzidas nas Ests. I e II.

Na Est. I, n.º 1, se mostra a casota totalmente escavada entre as duas muralhas (Fig. II, n.º 1). Nota-se perfeitamente, à direita, o pavimento de saibro batido; em mais de metade da esquerda o mesmo pavimento foi destruído pela vala de exploração aberta na campanha do ano anterior. No bordo da parte conservada vê-se a base de coluna que foi achada, em posição invertida, aproximadamente no ponto em que a fotografia a mostra. Permaneceu *in situ* e por pouco escapou ao revolvimento produzido pela abertura da vala.

Esta pedra, trabalhada na época romana, havia sido, como é óbvio, tirada de sua função própria, no edifício a que primitivamente pertenceu, a fim de, no meio da casota circular, conforme o dissemos já, servir de poiso ao prumo de madeira no qual se firmava o tecto cónico.

Na Est. I, 1 apresentamos os Estagiários a quem se deve o trabalho exploratório do 1.º período da Campanha de 1960. São eles, da esquerda para a direita: Jorge Fernandes Moreira (Director do Campo); Maria Fernanda Moreira; Jacqueline Cheyns (francesa); Fernando António Almeida; soldado de Caçadores 9, João Aldeia, natural de Seixas do Minho, correctíssimo condutor do jipão, que voluntariamente trabalhou nas escavações com a aplicação e o zelo de qualquer dos estagiários indicados; Maria Irene Barrosa Paiva; Horácio Fernandes da Costa Diniz; Angelo dos Santos Reis; José Teixeira Simões Godinho e Manuel Mateus de Lemos Varela.

Entendemos que, por seu mérito, os participantes na Campanha de 1960 bem merecem esta modesta homenagem. Faltou, porém, na altura da fotografia, a estagiária Maria Orquídea da Costa Pereira da Silva, que com Lemos Varela tomou o encargo de desenhar as principais peças encontradas.

Na parte inferior da Est. I se arquiva um aspecto da construção que na planta (Fig. II) se encontra assinalada sob o n.º 6; a fotografia mostra a entrada para o cubículo lateral da construção.



- 1 — Aspecto geral da casota n.º 1, depois de escavada.
2 — Entrada da casota n.º 6, no decurso da escavação.

HL Achados

Não tivemos a boa sorte de se nos deparar qualquer objecto metálico. Fragmentos cerâmicos, sim, e estes podemos dividí-los já em dois grupos:

a) — Cerâmica romana, de fabrico local, ou de tipo romano. Os fragmentos desta espécie foram, na maior parte, colhidos nos montes de terra provenientes da escavações de 1959, e que tivemos de remover a fim de podermos efectuar as de 1960, neste mesmo ponto. Esta cerâmica não interessou, segundo nos informaram, ao estudo do Prof. Hawkes. Nas escavações de 1960 achamos alguns fragmentos mais curiosos, que recolhemos, tais como bordos e asas de ânforas, cujos desenhos, feitos pela estagiária Maria Orquídea, não publicamos aqui por serem grandes e não saírem dos tipos mais comuns. Em parte alguma colhemos amostras de *terra sigillata*.

b) — Cerâmica castreja pré-romana, quase toda exumada pela parte de fora da casota n.º 1, em todo o seu redor. Destacam-se fragmentos de vasilhas de barro negro, com muita mica e ornamentação incisa (Fig. III, 1, 3, 5, 6 e 7). Outros fragmentos, no geral de barro avermelhado, mostram simplesmente alguns sulcos paralelos, mais ou menos distanciados entre si.

Surgiram também alguns pesos de tear, assim como volantes de fuso (Fig. III, 2). Este volante, reduzido a simples fragmento, é de forma lenticular, biconvexa, e singelamente ornado, típico do final da Idade do Ferro. Os restantes, de época muito mais tardia, resultam do aproveitamento de cacos cerâmicos.

Há, ainda, umas pequenas rodela, não perfuradas ao centro, igualmente feitas de fragmentos cerâmicos, que podem ser marcas de jogo ou tapadoiras de pequeninas vasilhas.

Resta assinalar o fragmento de bordo de vasilha munido de largo orifício de suspensão, feito no barro fresco, também peculiar aos espólios dos castros do Minho e da Galiza — como, por exemplo, em Santa Tecla e Vilar de Mouros (9).

(9) Vid. A. Viana, «Notas sobre a cerâmica do Castro de Vilar de Mouros (Caminha, Portugal), na *Crónica del III Congreso Arqueológico Nacional-Galicia, 1953*, Saragoça, 1955.

Vamos, finalmente, enumerar as principais pedras trabalhadas, recolhidas durante o primeiro período desta campanha.

1) — Est. I (no centro da casa) — Base de coluna romana, de granito. Dimensões: Larg. da face superior (mutilada nos quatro ângulos), 0,^m48 por 0,^m49; alt. 0,^m245. Nesta face existem dois sulcos paralelos, largos e pouco profundos (0,^m35 por 0,^m045 por 0,^m03 e 0,^m35 por 0,^m04 por 0,^m015), os quais devem ter servido para assegurar melhor a fixação do madeiro que assentou nesta pedra.

2) — Est. II, n.º 9 — Pedra encurvada, com um bordo circular, convexo, e uma das extremidades afeiçoada em ponta curva, à maneira de corno. Tem 0,^m480 de comprimento, 0,^m230 de largo e 0,^m120 de grossura, medidas máximas. Esta pedra, assim como todas as que a seguir se descrevem, são frequentes nos castros minhotos e galegos, e devem ter servido, embutidas nas paredes das casotas, isoladamente ou umas mais ou menos próximo das outras, ou nos muros dos cercados, para suspender quaisquer objectos ou suportar em posição horizontal uma vara ou pequena trave.

Ainda actualmente se podem ver pedras destas, com o mesmo formato e para os mesmos fins, em alguns prédios antigos, tanto nas regiões nortenhas como no Sul do País.

Em Vila Viçosa, por exemplo, vimo-las na fachada de um prédio, a sustentarem uma vara que serve de secadouro de roupa.

3) — Laje grosseiramente rectangular, perfurada a meio de um dos bordos mais compridos, cujo fim seria o apontado a respeito da que, a seguir, se descreve. Dimensões: 0,^m380 x 0,^m180 x 0,^m080.

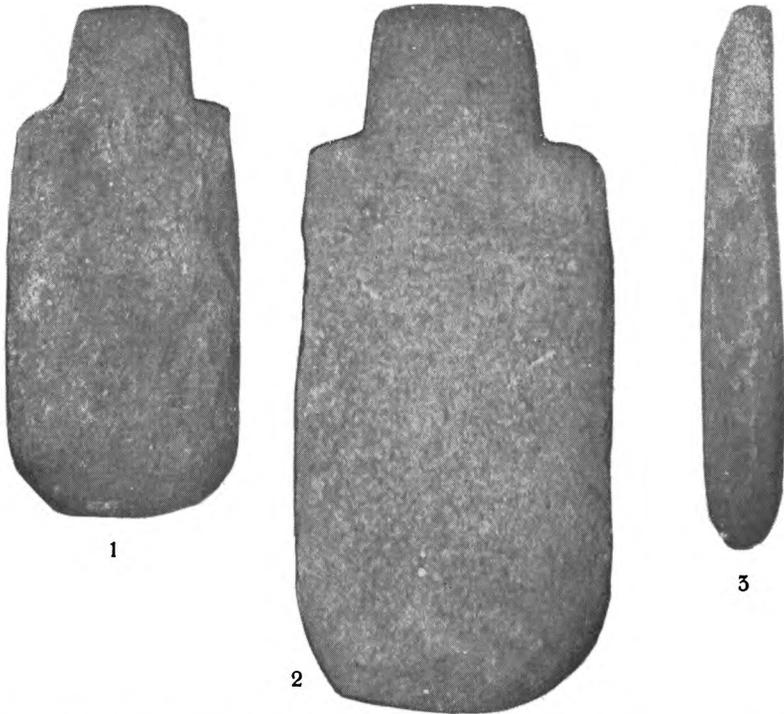
4) — Laje perfurada ao centro de um dos topos. São vulgaríssimas nas ruínas dos castros, e ainda hoje se empregam nas construções rústicas, ora como pesos suspensos, para sujeição de telhados de colmo, junco, junça e materiais semelhantes, de origem vegetal, pilhas de sargaços secos e medas de palha, ora embutidas nas paredes, como prisão de gados, ou enfiamento de varas ou couceiras de cancelos de vedação. Mede 0,^m360 x 0,^m180 x 0,^m160.

5) — Laje idêntica à anterior, mais aperfeiçoada. Dim.: 0,^m290 x 0,^m190 x 0,^m030.

6) — Est. II, n.º 4 — Laje perfurada, como as anteriores dim.: 0,^m240 x 0,^m180 x 0,^m025.

7) — Est. II, n.º 5 — Fragmento de pequena pia, talvez. Dim.: 0,^m270 x 0,^m160 x 0,^m130.

EST. II



1, 2 e 3 — Pedra antropomorfa do castro do Cutro (Aife);
4 a 9 — Várias pedras trabalhadas, da Cidade de Âncora.

8) — Est. II, n.º 6 — Laje com orifício de suspensão, bastante rude e com várias mutilações nos topos. Dim.: 0,^m400 x 0,^m170 x 0,^m150.

9) — Pedra toscamente desbatada e afeiçãoada em cilindro, talvez para, embutida numa parede, servir de «cabide», ou suporte. Dim.: 0,^m380 x 0,^m140 x 0,^m140.

10) — Est. II, n.º 7 — Parte inferior de uma pedra idêntica à anterior conservando o segmento, de trabalho mais rude, que se embutia na parede. Dim.: 0,^m380 x 0,^m170 x 0,^m120.

11) — Est. II, n.º 8 — Fragmento, talvez a parte superior, de uma pedra que serviu para o mesmo fim da anterior e da que tem nesta fotografia o n.º 9. Dim.: 0,^m330 x 0,^m130 por 0,^m120. Obs.: Os n.ºs 1, 4, 5 e 6 são de gneisse. Os demais exemplares são de granito.

Na Fig. III, n.ºs 8 e 9, vêem-se duas mós manuais. São ambas das que no par ficam fixas, e são de granito. Uma é lenticular, biconvexa, e tem 0,^m420 de diâmetro. A outra mede 0,^m450 no diâmetro e 0,^m150 de espessura máxima. É de formato plano-convexo.

Todos estes materiais, e outros não aqui mencionados, ficaram na Vila Praia de Âncora, para serem entregues ao Museu de Viana do Castelo. Ali permaneciam, conforme no princípio dissemos, os que o Prof. Hawkes seleccionou e deixou cuidadosamente acondicionados, e também umas pedras soltas, das quais salientamos:

Duas mós manuais, uma delas com a face inferior plana, bordos verticais, 0,^m420 de diâmetro e 0,^m165 de grossura máxima, ao centro, onde se abre uma cavidade com 0,^m044 de diâmetro (Fig. III n.º 10); a outra, com 0,^m390 a 0,^m415 de diâmetro. 0,^m086 a 0,^m18 de grossura e com 0,^m041 de diâmetro na cavidade central (Fig. III, n.º 11).

E, finalmente, a *laje antropomorfa*, proveniente do Cutro. Está reproduzida na Est. II, pelas duas faces e perfil lateral (n.ºs 1, 2 e 3). Trata-se de uma tábula sensivelmente polida, sobretudo em uma das faces, um tanto arqueada e com o topo superior recortado, de modo que o todo lembra algumas daquelas chapas de lousa (ídeos-placas) que constituem tão notável elemento em monumentos dolmênicos do Alentejo, Algarve, Estremadura Espanhola e Andaluzia.

Tem de altura máxima 0,^m610. A largura vai de 0,^m135, no topo superior, até 0,^m270, próximo da base, e a espessura vai de 0,^m050, também no vértice, a 0,^m10 na parte inferior.

Quanto pudemos averiguar nas buscas bibliográficas, em Portugal apenas se conhecem duas peças idênticas, ou seja, de comparação

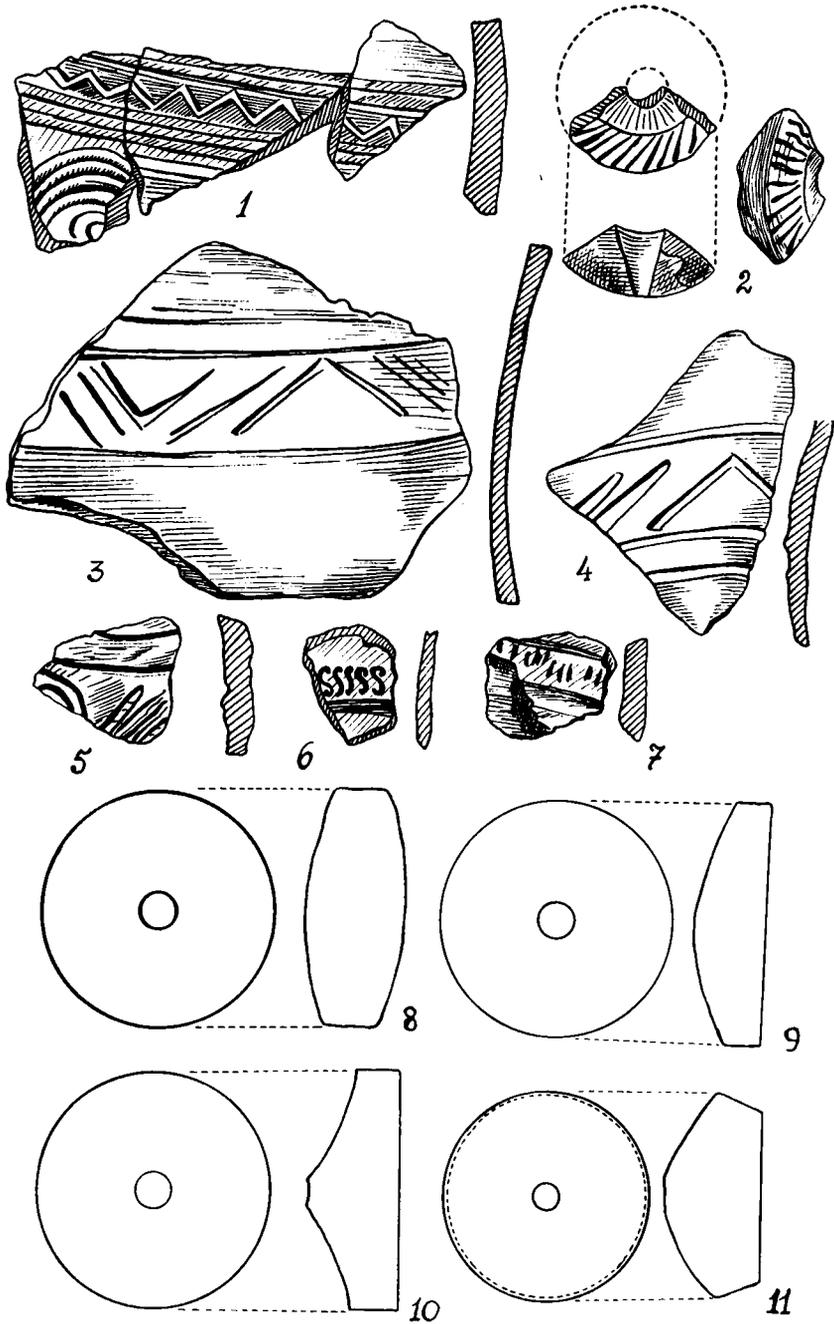


Fig. 3

mais pertinente. Uma foi encontrada na Serra da Boulhosa (Paredes de Coura) e oferecida ao Museu Etnológico Português, pelo Dr. Narciso Cândido Alves da Cunha (10). A outra, muito mais rudimentar, achamo-la metida na grande mamoa que, no ano de 1931, exploramos em Carreço, concelho de Viana. Dela tratamos em diversas publicações (11).

É de notar que os três exemplares aqui registados — Insalde (?), Paredes de Coura; Carreço e Afife (Cone. de Viana do Castelo) — são todos do Alto Minho.

O de Carreço, em 1945. entregamo-lo definitivamente ao Museu dos Serviços Geológicos de Portugal. Este de Afife aguarda na Vila Praia de Âncora o seu transporte para o Museu de Viana.

O primeiro foi descoberto, ao que parece, junto dos restos de um dólmen. Mede 1,^m12 de altura por 0,^m53 a 0,^m54 de largura e 0,^m07 a 0,^m08 de espessura. A estilização da figura humana, em busto, é muito clara, conforme se pode ver no desenho publicado em *O Archeologo Português*. O de Carreço retiramo-lo do interior de uma gigantesca mamoa. Mede 0,^m60 x 0,^m34 x 0,^m065, também medidas máximas.

A figuração humana é mais naturalista, ainda que muitíssimo rude. Nas duas primeiras vezes que a publicamos, estando ela depositada no Museu de Viana, não se havia ainda notado o grosseiro esculpido que contém em uma das faces, devido à capa de cinza muito fina e terra calcinada que lhe estava aderente, e que só foi retirada, pelo Dr. George Zbyszewski e por nós, quando a levámos para Lisboa, sendo aquele o primeiro a notar os sinais da figuração, em relevo, que parece representar uma mulher (uma deusa?).

A pedra do Cutro, embora bem trabalhada, e que pelo formato denuncia seu carácter iniludível, é, praticamente, do mesmo tamanho da de Carreço. Se tem qualquer outro pormenor assinalável, não tivemos tempo para o averiguar, pois o nosso exame foi rápido.

(10) J. Leite de Vasconcelos, «Esculturas pré-históricas do Museu Etnológico Português», in *O Archeologo Português*, XV, págs. 31-32, fig. 2, Lisboa, 1910.

(11) Abel Viana, «Carta pré e proto-histórica do Distrito de Viana do Castelo», in *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, 1932; «Paleolítico do Baixo Alentejo», no *Tomo VIU do Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Porto, 1942, publicado em 1943.

Supomos que os três preciosos bustos pertencem ao período final da Idade do Bronze — o qual será também o da fase inicial da maioria dos castros minhotos. Constituem três preciosas peças escultóricas, únicas, por agora, no património arqueológico nacional.

* * *

Já atrás dissemos da nossa convicção de que a Cidade de Âncora foi habitada até época muito tardia. A tal hipótese nos conduz o facto de se encontrarem mós castrejas e um elemento de coluna romana, em condições de jazida que provam terem passado sobre tais peças muito tempo além daquele em que foram feitas e em que desempenharam suas funções próprias.

À mesma conclusão conduz o exame das alvenarias das paredes por nós exumadas, e também daquelas reveladas pelas sondagens do Prof. Hawkes, as quais se mostram muito longe de possuir a regularidade e o bom acabamento específico das que datam da época pré-romana e do tempo da romanização. *Está-se, evidentemente, em presença de uma época de marcada decadência, sem dúvida post-romana, ou de tempos em que a cultura luso-romana, neste Noroeste peninsular, entrara na senda crucial das vicissitudes providenciais que constituem o pórtico de entrada para nova fase progressiva.*

Há, todavia, a ter em conta que a exploração metódica da Cidade de Âncora não passa, até agora, de insignificante começo.

* *

Aqui terminaríamos o relato se, atendendo ao fim embora longinquamente didáctico que ele deve ter, não achássemos justificável reproduzir as normas gerais a seguir nas escavações arqueológicas, que em nossas palestras apresentamos aos Estagiários, e que diligenciamos seguir e fazer seguir no decurso dos trabalhos de campo. Ei-las:

I — A escavação deve prosseguir a partir da vala aberta para estudo estratigráfico.

II — Deve-se seguir ao longo das paredes que já se encontram à vista, contornando-as por ambas as faces.

III — Escavar por camadas horizontais, não superiores a meio metro de altura, e dentro de cada uma destas camadas examinar atentamente os níveis que porventura o corte estratigráfico revelar; nunca levar a escavação a fundo sem retirar certa porção da camada do nível imediatamente superior. Raríssimas vezes uma estação arqueológica poderá ser escavada de assentada. Seguindo este nosso esquema, não destruiremos as camadas mais superficiais de uma estação, não apagaremos totalmente o que nessas páginas, mais ou menos fáceis, mais ou menos intrincadas de entender, se possa ler. E nunca deveremos esquecer que os que vierem terão o direito de verificar a fidelidade das nossas observações.

IV — Nunca retirar uma pedra sem verificar bem se é pedra solta, caída ao acaso, ou se faz parte de muro, pavimento, cozinha, sepultura ou qualquer outra construção, tendo em conta que esta pode ser extremamente rudimentar ou grosseira, dificilmente inteligível.

V — *Prestar atenção especial* às camadas de cinza e terra queimada.

VI — Recolher os fragmentos cerâmicos e guardar em pacote separadamente, convenientemente reunidos, os que aparecerem juntos e parecerem ser pertença da mesma peça. Marcar ou numerar, a condizer com os apontamentos do caderno de campo — que se deverão redigir diariamente, pelo que se lhe dá o nome de «diário das escavações».

VII — Nunca misturar fragmentos cerâmicos com objectos metálicos de ferro, bronze ou cobre, *em especial moedas*, do contrário as espécies metálicas correrão risco de se desintegrarem em curto prazo de tempo. O melhor será, depois de os deixar secar, embrulhar cada coisa, quer metálica quer cerâmica, em seu papel.

VIII — Guardar separadamente de tudo o mais as pedras trabalhadas, ou com indícios de utilização (polidores, percutores, alisadores, bruñidores, trituradores). Trata-se de não misturar objectos rijos e pesados com objectos frágeis, a fim de evitar a fractura, esmigalhamento ou perdimento destes últimos.

IX — Medir, desenhar, fotografar e descrever as principais peças exumadas, sem preocupação do desenho artístico, antes procurando no desenho esquemático a eficiência informativa que o desenho artístico nem sempre pode dar; fotografar tudo cujo arquivo pareça essencial.

X — Ir acrescentando na planta da parte da estação já escavada a área que se for desenterrando, marcando nesse apontamento topográfico tudo quanto seja útil à informação presente e futura.

XI — Medir as paredes e restantes construções; desenhar esquemáticamente os pormenores ou particularidades mais interessantes que elas revelarem, assim como fotografar tudo cujo arquivo pareça conveniente.

XII — Nunca guardar moedas nem outros pequenos objectos de cobre, ou bronze, em recipientes de barro, porque em tais condições eles se perderão rápidamente.

XIII — *Nunca tentar endireitar* qualquer objecto metálico, sobretudo de ferro ou de cobre, porque se partirá, infalivelmente.

XIV — Não lavar cerâmica pintada, mas sim limpá-la a pincel, depois de bem seca. A limpeza deve ser feita muito ao de leve. A supressão de concreções e outras aderências rijas obriga a operação mais trabalhosa e paciente.

XV — Relegar para segundo plano, ou até esquecer, tudo o que se souber, e prestar exhaustiva atenção ao que a escavação for revelando. Por outras palavras, olvidar regras, exemplos e tudo o mais que se aprendeu nos livros, para rigoroso registo do que o terreno mostrar. Não ligar importância «ao que se não viu», mas sim «fixar o que se encontrou». Não escavar com fins preconcebidos, como a querer sujeitar o aparecimento das coisas aos trâmites e circunstâncias da experiência anterior, ou à informação livresca; antes nos disporemos a registar meticulosamente a excepção, a variante, o facto novo. Escavar com ideia fixa de obter determinados resultados é arriscar-se a chegar ao fim sem descobrir coisa alguma, por essa mesma «coisa alguma» ter sido paulatinamente destruída à medida que se foi cavando.

XVI — Não perder tempo, no decurso da escavação, com a preocupação de classificações, comparações e outros trabalhos próprios de gabinete. No terreno, o que importa é escavar com acerto, desenhar, medir, fotografar o que for imóvel, o que tiver de ser modificado ou o que se tornar forçoso destruir para prosseguimento da exploração, e recolher convenientemente os materiais encontrados.

XVII — Ao terminar uma campanha, deixar a escavação em condições de não ser inundada durante o inverno, abrindo, para isso, os convenientes regos de desagúe. Não deixar terras amontoadas sobre o terreno que nas futuras campanhas tenha de ser escavado. Proteger, ou mesmo ocultar, com pedras ou com terra, as paredes e pavimentos que fiquem em risco de serem destruídos pelos gados, pelos curiosos, pelo rapazio e pelos vândalos que por toda a parte tortulham, sempre

activos e maus em suas depreciações e malfeitorias. Em suma, deixar tudo com ar de casa arrumada, e não como escavação que tivesse sido abandonada precipitadamente.

Para finalizar, mencionaremos e agradeceremos as atenções e cuidados que se ficaram devendo a várias pessoas e entidades, nomeadamente ao Presidente da Comissão de Turismo da Vila Praia de Âncora, Sr. Professor* Raul Rodrigues, e ao Sr. Leandro Quintas Neves, Delegado da Junta Nacional de Educação no Concelho de Viana do Castelo. Com entusiasmo e esforço, os elementos da Associação Académica de Coimbra levaram de vencida todas as dificuldades dos primeiros dias, suportando animosos as deficiências iniciais do alojamento — houve quem na primeira noite dormisse no chão, coberto pela Bandeira Nacional e pela da Académica — a aspereza dos caminhos conducentes à Cidade e o estado do tempo, que nesse Agosto foi excepcionalmente pluvioso.

Muito bem empregados, portanto, o auxílio material da Fundação Calouste Gulbenkian e o patrocínio da Junta Nacional de Educação e outras entidades oficiais, à meritória iniciativa da Associação Académica de Coimbra.

Por nossa parte, muito nos satisfêz esse curto período de agradável e gentilíssima camaradagem.

Beja, 31 de Julho de 1961.

ABEL VIANA

OS CURSOS DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LONDRES

As Universidades inglesas conferem, como primeiro grau académico, o de *bachelor* (B.A., bachelor of Arts).

Professam-se, em diversas Universidades, vários cursos de dois ou três anos, ao fim dos quais se alcança o grau de bacharel. São, em geral, cursos pouco especializados: assim, um curso de *Clássicas* compreende cadeiras de *filologia* latina e grega, de *história* da Grécia,